

RESISTIR PARA EXISTIR: CIDINHA DA SILVA E O LETRAMENTO RACIAL EM CRÔNICA

Resisting to exist: Cidinha da Silva and racial literacy in chronicles

Karla Renata Mendes

Universidade Federal do Paraná (UFPR)
mendes.kr@gmail.com.

Sergio Brener Santos Costa

Instituto Federal de Alagoas, Campus Penedo (IFAL)
sergio.costa@arapiraca.ufal.br

RESUMO

Ao longo da história, o gênero crônica passou por inúmeras transformações, adaptando-se a diferentes contextos, leitores e suportes. Contemporaneamente, a crônica dialoga, por exemplo, com a internet, circulando no mundo virtual e detendo-se também sobre temas que ali encontram ressonância. Assim o é com o livro de crônicas *#Parem de nos matar!*, da escritora contemporânea Cidinha da Silva. Assumindo sua representatividade enquanto escritora negra, Cidinha transforma suas crônicas em espaço de debate e reflexão acerca de muitas das violências simbólicas e físicas a que as pessoas negras são expostas diariamente. Isso é o que ocorre no texto aqui focado, “Letramento racial: o caso Fernanda Lima e as babás negras”. Na crônica, a autora parte de um episódio, amplamente divulgado na mídia e nas redes sociais, envolvendo uma foto publicada no *Instagram*. Todavia, esse é apenas o ponto de partida para uma reflexão mais ampla sobre a própria estrutura social brasileira que dita os lugares a serem ocupados por negros e brancos. Assim, se espera colocar em perspectiva a escrita de Cidinha da Silva como representativa da literatura de mulheres negras, dando também visibilidade ao gênero crônica, por vezes ainda marginalizado, além, é claro, de problematizar as questões apontadas no texto aqui selecionado.

PALAVRAS-CHAVE: Cidinha da Silva; crônica; escrita feminina; autoras negras.

ABSTRACT

Throughout history, the chronicle genre has undergone numerous transformations, by adapting itself to different contexts, readers, and media. Contemporarily, the chronicle dialogues, for example, with the internet, circulating in the virtual world and also by focusing on themes that find resonance there. So it happens with the book of chronicles *#Parem de nos matar!*, by contemporary writer Cidinha da Silva. By assuming her representativeness as a black writer, Cidinha transforms her chronicles into a space for debate and reflection about much of the symbolic and physical violence to which black people are exposed daily. This is what happens in the text “Letramento racial: o caso Fernanda Lima e as babás negras”, theme of the present article. In the chronicle, the author starts from an episode, widely reported in the media and social networks, involving a photo posted on Instagram. However, this is only the starting point for a broader reflection on the Brazilian social structure itself, which dictates the places to be occupied by blacks and whites. Thus, we hope to put into perspective the writing of Cidinha da Silva as representative of black women's literature, also giving visibility to the chronicle genre, sometimes still marginalized, besides, of course, problematizing the issues pointed out in the text selected in this paper.

KEYWORDS: Cidinha da Silva; chronicle; women's writing; black authors.

Introdução

Maria Firmina dos Reis, maranhense, nascida em 1822, entraria para a história como a primeira mulher negra a publicar um romance no país. De fato, o surgimento de *Úrsula*, em 1859, tornou-a a fundadora da literatura afro-brasileira, a precursora da literatura abolicionista e uma das primeiras romancistas brasileiras. Mesmo diante de tamanha grandiosidade, ainda hoje há quem desconheça o nome de Maria Firmina. Isso se explica, em parte, porque seu romance ficou esquecido por mais de um século, sendo redescoberto apenas em meados da década de 70, por um bibliófilo.

O exemplo acima é apenas um dos que ilustram o apagamento sistemático das escritoras negras do cânone literário brasileiro. Embora o país já conte com uma tradição literária afro-brasileira, uma pesquisa desenvolvida pelo Grupo de Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea - coletivo de pesquisadores vinculado à Universidade de Brasília (UNB) -, mostrou que entre 2004 e 2014 apenas 2,5% dos autores publicados não eram brancos. Assim, percebe-se que os autores e autoras negras ainda permanecem à margem dos circuitos de produção do texto literário. Como destaca Moema Parente Augel, “se a literatura afro-brasileira ainda continua a ser pouco ou quase nada conhecida ou reconhecida, sobretudo dentro do Brasil mesmo, a literatura das mulheres negras até hoje, com pouquíssimas exceções, tem sido relegada à completa desconsideração” (AUGEL, 2007, p. 2).

Outro exemplo que confirma a fala de Augel vem da escritora mineira Carolina Maria de Jesus. Embora em 1960, ano de publicação de *Quarto de despejo*, o livro tenha vendido mais de 10 mil exemplares, se tornando um fenômeno de vendas, tempos depois, Carolina acabou sendo relegada ao esquecimento e, ainda hoje, há quem nunca a tenha lido. Assim, o que se observa, é que embora tais escritoras tenham conseguido ocupar um lugar de fala, lhes foi negada uma permanência nesses lugares. Afinal, como afirma Djamila Ribeiro, “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. (...) Quando falamos de direito à existência digna, à voz, estamos falando de lócus social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência” (RIBEIRO, 2017, p. 63-64).

Portanto, ainda hoje, o sistema literário brasileiro se pauta pela exclusão e pelo apagamento de autoras negras e de suas obras. Se as produções literárias femininas, de forma geral, carecem de leitura, divulgação, incorporação ao cânone e disseminação no ambiente escolar, as produções de mulheres negras sofrem um apagamento ainda mais severo, pois, como afirma Lélia González, “ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto da opressão” (GONZÁLEZ, 2020, p. 58). Para que haja uma desestabilização desse *status quo*, é necessário, entre tantas medidas, que mulheres negras ocupem cada vez mais fortemente espaços de legitimação social e cultural, que, no âmbito da literatura, seus textos sejam lidos, divulgados e problematizados, evidenciando o poder de agência, a potência dos discursos e dos saberes que dali emanam.

“Letramento racial: o caso Fernanda Lima e as babás negras”: uma crônica de Cidinha da Silva

Em prefácio à obra *Escritos de uma vida*, de Sueli Carneiro, Conceição Evaristo faz a seguinte afirmação: “se para as mulheres em geral escrever se torna um ato político, *para as mulheres negras publicar se converte em um ato político também* (EVARISTO in CARNEIRO, 2020, p. 7, grifos nossos). Como bem salienta Conceição, para as mulheres em geral, o desafio de escrever é apenas o primeiro passo de uma série de outros desafios enfrentados para se legitimar escritora. Para as mulheres negras, publicar o que se escreve também é uma barreira a ser vencida, afinal, como afirma Regina Dalcastagné, coordenadora da pesquisa da UNB mencionada anteriormente, embora haja uma evolução significativa no número de mulheres publicando, entre a

década de 60 e os anos 2000, ainda

é impressionante como há uma barreira para a questão da autoria negra. E não é que não haja produção – embora autores negros produzam mais contos, crônicas e poesia do que romance –, mas ainda assim há uma ausência muito gritante, tanto em relação à autoria como em relação às personagens. E não tem como escapar: não é possível tirar a literatura do contexto nacional do racismo e de exploração do trabalho. Não é um problema exclusivamente literário, embora eu ache que seja uma obrigação da literatura colocar o problema em discussão (DALCASTAGNÉ In MASSUELA, 2018, s/p).

Nesse cenário ainda tão desigual em termos de inserção de autores negros no mercado literário, a publicação de livros de autoria negra no Brasil tem sido impulsionada pelo surgimento de editoras independentes, antirracistas e que colaboram para diversificar o mercado editorial no país. A expectativa é que essa potencial abertura de mercado e as facilidades de edição de um livro possam contribuir cada vez mais para tornar a literatura contemporânea plural e representativa.

Nesse contexto, a escritora mineira Cidinha da Silva é uma das autoras negras que vem ganhando espaço nos últimos tempos. Formada em História, pela UFMG, e doutoranda pela UFBA, a autora assim se define em entrevista à Revista Crioula: “Sou uma mulher negra, mineira, que escolhi São Paulo para viver e criar a partir de um pensamento afrocentrado” (SILVA in SALES, 2015, s/p). Confirmando a tese de Conceição de que a publicação é um ato político, Cidinha tem publicado com afinco desde 2006, tendo lançado, desde então, 19 obras divididas entre os mais variados gêneros: romance, crônica, conto, literatura infanto-juvenil, dramaturgia, ensaio. O livro de contos *Um Exu em Nova York*, uma de suas obras mais conhecidas, recebeu o Prêmio da Biblioteca Nacional, em 2019, e já está em sua 4.^a tiragem. Além disso, Cidinha atua como editora da Kuanza Produções, onde comercializa seus livros. A atuação social e política também são marcas da autora: presidiu o Geledés – Instituto da Mulher Negra e foi gestora de cultura na Fundação Cultural Palmares.

A literatura de Cidinha reflete sua postura combativa e atuante e problematiza, por exemplo, questões de gênero, o lugar do negro, o racismo preponderante em nossa sociedade e suas nefastas consequências como a violência e as desigualdades sociais. Como afirma Áurea Carolina, no posfácio à obra *#Parem de nos matar!*, de 2019, “Cidinha não blefa. A sua obra intelectual está assentada no seu fundamento de vida, interpelando a literatura como um compromisso crítico que mobiliza o sentir e o fazer no cotidiano por uma estética da emancipação” (CAROLINA in SILVA, 2019, p. 187). É interessante pensar que ao longo de toda a sua obra, Cidinha proponha essa literatura crítica e emancipatória, assumindo o controle da enunciação através de seus textos, efetivando uma necessidade apontada por Lélia González de “falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (...)” (GONZÁLEZ, 2020, p. 78), atuando, assim, “uma escritora politicamente posicionada” (SILVA in BENTO, 2019, p. 319), como ela mesma se define.

Tal postura pode ser facilmente percebida no desenvolvimento do gênero crônica, aqui enfocado. Os textos publicados em *#Parem de nos matar!*, conforme define Sueli Carneiro, no prefácio à obra, “têm essas pretensões, emocionar a muitas pessoas e provocar reflexão, mudar mentalidades” (CARNEIRO in SILVA, 2019, p. 17). Sueli Carneiro ainda destaca que os textos produzem um efeito catártico sobre muitos leitores, conquistando mentes e corações e/ou gerando indignações, solidariedade, engajamento (cf. CARNEIRO in SILVA, 2019, p. 17). Embora tenha sido lançado em 2019, o livro reúne cerca de 60 textos, sobre temas variados, escritos entre os anos de 2013 e 2016, sendo a maioria deles publicado primeiramente no blog de Cidinha¹. Em entrevista à Revista Crioula, a autora foi indagada sobre o compartilhamento dessas crônicas no formato

¹ <https://cidinhadasilva.blogspot.com/>

online, ao invés de privilegiar apenas os livros, e respondeu o seguinte:

Foi uma forma de comunicação com o público. Houve um período em que escrevi para portais de notícias como Fórum, Diário do Centro do Mundo e ainda tenho uma coluna no Jornalistas Livres. Desejo mesmo escrever para uma publicação em papel, jornal ou revistas, mas nunca me convidaram (alô, alô, veículos de comunicação impressa!, me convidem, me contratem; faço umas crônicas redondinhas). É também uma estratégia de divulgação da minha obra e de ampliação de públicos (SILVA in BENTO, 2019, p. 317).

O comentário de Cidinha coloca em xeque as transformações do gênero crônica nos últimos anos. Como se sabe, surgida ainda no século XV, decorrente da necessidade de se documentar determinados aspectos históricos, a crônica passou por inúmeras transformações ao longo do tempo, estando atrelada ao folhetim de variedades do século XIX ou contribuindo com as propostas do modernismo brasileiro, no século XX. Como ressaltava Bakhtin, a “variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros de discurso que vai se diferenciando e se ampliando à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa” (BAKHTIN, 1997, p. 279). Assim, os gêneros se alteram, se expandem segundo as exigências da atividade humana, e a crônica acompanha as diferentes transformações, se transformando também.

No Brasil, é no século XIX, o modo como, com nomes tais quais o de José de Alencar e o de Machado de Assis, por exemplo, o registro em crônica vai se afastando do caráter histórico que o acompanhava desde o nascimento. Recorriam-se, então, a recursos tipicamente literários na tentativa de interpretar os fatos muito mais do que apenas registrá-los. Localizando a crônica no contexto da história literária brasileira, o que se percebe é que ela é geralmente definida como um gênero eminentemente descompromissado, descontraído, um “recorte” do cotidiano. Sempre atrelada ao jornal, a crônica seria aquele texto que tematiza acontecimentos corriqueiros ou se volta para as notícias e fatos de destaque, dispensando uma linguagem mais elaborada na tentativa de uma maior aproximação com o leitor. Trataria de assuntos comuns com tons de criticidade, humor, lirismo, ironia, segundo critérios do cronista. Mas essa liberdade e a aparente superficialidade nem sempre se apresentaram como características positivas. Durante muito tempo, a crônica foi vista como um gênero “menor”. Tal desvalorização é percebida, por exemplo, quando se observa que a crônica só passou a ser pesquisada em larga escala a partir da década de 80, quando parece ter alcançado com mais ênfase o estatuto de texto literário.

Apesar de todas as alterações sofridas ao longo dos séculos, a crônica não perdeu uma de suas mais distintas características: ser analisada como gênero híbrido que dificilmente pode ser enquadrado em parâmetros restritivos. Tal relativização do que o termo “crônica” encerra em si é expressa em um questionamento proposto por Clarice Lispector em uma de suas crônicas datada de 1968: “Crônica é um relato? É uma conversa? É o resumo de um estado de espírito?” (LISPECTOR, 1992, p. 112). As indagações da autora refletem a dificuldade de estreitar os limites da crônica. Gênero fronteiroço, ela nunca teve seu espaço plenamente delimitado.

Originalmente escrita para o jornal e fadada a uma “vida curta”, a crônica se torna perene quando é transposta para o livro. Apesar de ser concebida como uma manifestação textual que trata do cotidiano, do trivial, a crônica também pode abordar temas mais sérios e suscitar reflexões mais profundas. Assim, acaba por transitar entre fronteiras textuais sem se cristalizar em nenhuma delas. A aparente ambiguidade do gênero seria para críticos como Eduardo Portella a essência da crônica. Sua estrutura “é uma desestrutura; a ambiguidade é a sua lei. A crônica tanto pode ser um conto, como um poema em prosa, um pequeno ensaio, como as três coisas simultaneamente. Os gêneros literários não se excluem: incluem-se” (PORTELLA, 1979, p. 53-54).

A complexidade do gênero ganha ainda mais nuances quando se pensa nas atuais relações entre a crônica e a internet. Afinal, se pensarmos que, há 50 ou 40 anos, as crônicas eram publicadas

em jornais impressos, atingindo, primeiramente, o público fiel que comprava o jornal diariamente, para depois serem (ou não) publicadas em antologias e ganharem o grande público, atualmente o movimento é inverso. A crônica, como bem explicou Cidinha, pode, primeiramente, circular em meios virtuais, numa “estratégia de divulgação da obra” e “ampliação de públicos” e, depois, ganhar (ou não) as páginas de um livro. De qualquer maneira, o potencial público consumidor de uma crônica que circula na internet pode ser maior do que aquele que a lerá num livro impresso, já que o texto se torna mais acessível e pode ser compartilhado com mais facilidade em rede. O que se percebe é que se antes a crônica se ligava imperiosamente ao jornal diário, tendo nele um espaço delimitado e seguro de circulação, como frisa Cidinha. Ela, por exemplo, sequer teve a possibilidade de escrever para a mídia impressa. Trata-se de mais uma das transformações do gênero, que passa a ter nas mídias digitais, como blogs e sites, seu primeiro, e às vezes único, meio de veiculação.

Interessante notar que, como afirma Cristiane Costa, a web, as redes sociais se apresentam como “uma base suficientemente flexível para articular as múltiplas posições identitárias feministas dentro das lógicas interseccionais indispensáveis para a expressão dos novos ativismos das mulheres” (COSTA in HOLLANDA, 2018, p. 47). Se lembrarmos que as crônicas de Cidinha foram publicadas primeiramente em seu blog e, depois, reunidas numa obra que evoca desde o título (através de uma *hashtag*) suas conexões com a internet, comprovaremos o quanto os textos dialogam com o seu tempo e com os trânsitos em rede do século XXI. Como destaca a própria autora na dedicatória do livro, a obra homenageia (além de Sueli Carneiro) as “mulheres e homens da organização ‘Reaja ou será morto!’ que (...) colocaram a cara no sol, no vento e na chuva, na mira de escopetas, fuzis e viaturas da Rondesp, e gritaram, cheios de coragem, desejo de viver e compromisso de não esquecer nossos mortos #Parem de nos matar!”² (SILVA, 2019, s.p.). É também evocando um tweet de Marielle Franco, publicado no dia anterior ao seu assassinato (“Quantos mais vão precisar morrer para que essa guerra acabe?”), que a epígrafe da obra reforça suas conexões com a web como espaço de um novo ativismo, como bem salienta Costa.

A postura combativa, assumida por Cidinha, nesse que seria um “livro dedicado também à memória dos nossos mortos, abatidos pelo projeto racista da necropolítica” (SILVA, 2019, s.p.), aparece de variadas formas ao longo dos textos: ora em crônicas que escancaram a violência e a morte cotidianas impostas aos corpos negros; ora em textos que revelam uma violência simbólica, “mascarada”, perpetrada através das diferentes formas de preconceito e exclusão da população negra, inclusive em programas televisivos. Além disso, a resistência também é exaltada em crônicas que evocam desde marchas e movimentos de mulheres negras até a presença da população negra em universidades.

De forma geral, é possível constatar como os textos dialogam com o cotidiano, oferecendo uma visão crítica do eu, da comunidade e da sociedade a partir das vivências enquanto mulher negra nessa mesma sociedade. Aliás, as variadas experiências de mulheres negras são objeto de muitas dessas crônicas, em que Cidinha coloca em perspectiva aquilo que preconizava Conceição Evaristo a respeito do papel da escritora negra de “produzir um discurso literário próprio, uma contra-voz a uma fala literária construída nas instâncias culturais do poder” (EVARISTO, 2005, p. 53).

É mergulhando nas especificidades que a opressão racial acarreta na construção subjetiva das mulheres negras, que Cidinha da Silva nos apresenta personagens reais, mulheres marcadas pelo racismo e impactadas por ele de diferentes formas. Isso é o que ocorre na crônica “Letramento racial: o caso Fernanda Lima e as babás negras”. O texto se refere ao episódio, ocorrido em 2015, e amplamente divulgado na mídia e em redes sociais, quando a atriz e apresentadora Fernanda Lima publicou em seu *Instagram* a foto das babás de seus filhos (duas jovens negras - Ângela Dias e Tayane Dias) com a seguinte legenda: “Aqui em casa não tem essa de babá vestida de branco! Ó o grau das mina!”.

² Tratava-se de uma campanha articulada por várias organizações, no ano de 2015, em resposta às ações da polícia militar, no bairro da Cabula, em Salvador, que resultaram na morte de 12 rapazes negros.

Após os comentários negativos à postagem, muitos deles apontando o racismo estrutural que assegurava a manutenção das relações entre negros e brancos na sociedade brasileira, Fernanda Lima rebateu argumentando, entre outras coisas, que ela havia lhes ensinado o ofício de babá, que as jovens conviviam com a família, comiam na mesma mesa, conversavam e trocavam confidências como amigas, além de serem “muito bem remuneradas”.

Partindo da polêmica levantada em sites, no próprio *Instagram* e no *Twitter*, Cidinha publicou em seu blog, em 07 de agosto de 2015, a crônica em questão. A autora inicia seu texto com uma crítica bastante contundente à postura da atriz, afirmando:

A preguiça sempre foi um pecado abominável para pessoas que trabalham muito, mas devo admitir que o caso Fernanda Lima e suas declarações sobre as babás negras, sua pose ao lado de um segurança negro, o tititi e o chororô da casa-grande e seus herdeiros me causaram preguiça (SILVA, 2019, p. 29).

Já de saída, a cronista coloca em xeque que a questão envolvendo Fernanda Lima é só mais um exemplo do mito da democracia racial que ainda persiste em nossa sociedade e que, por isso, “abrir os olhos para ler o catatau de mediocridade emanado do caso” lhe causava extrema preguiça. A “preguiça” provém justamente do lugar-comum de onde brotavam as declarações da atriz. Como já afirmava Lélia González, no texto “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, a negação do racismo no país e a ideia de uma “harmonia” entre brancos e negros sempre esteve entremeadado na ideologia brasileira (reforçada, por exemplo, em textos como os de Gilberto Freyre e Caio Prado Jr.). Lélia destaca ironicamente:

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, *quando se esforça*, ele sobe na vida como qualquer um (GONZÁLEZ, 2020, p. 78, grifos da autora).

Problematizando falácias como a ausência do racismo e a meritocracia, Lélia esbarrava justamente no que Cidinha iria enfatizar acerca da conduta de Fernanda Lima: o fato de “preto aqui ser bem tratado”, tanto que jovens babás negras poderiam se vestir de forma “descolada” ou socialmente “incomum” para o cargo que exerciam e isso ser visto como algo a ser exaltado, uma atitude louvável. Como destaca a cronista,

o problema é utilizar um exemplo que supostamente respeita a alteridade de outrem para destacar o quanto uma patroa branca é boazinha, velho artifício colonial-português de instituir uma “escravidão branca”. A atitude problemática é reiterar o lugar de poder da herdeira da casa-grande e o lugar de subalternidade e aquiescência daquelas que tiveram suas antepassadas escravizadas (SILVA, 2019, p. 29).

Nesse sentido, o que a autora problematiza são as modernizações das relações senhor-escravo que se mantiveram ao longo do tempo sob a manutenção dos herdeiros da casa-grande, o que explica, inclusive, o fato de mulheres negras ainda serem a maioria a atuar no trabalho doméstico no Brasil. A esse respeito, Sueli Carneiro chama a atenção para o “Relatório geral sobre a mulher na sociedade brasileira”, publicado em 1995, que já apontava que “as práticas discriminatórias de gênero e raça no mercado de trabalho” interferiam na “admissão, promoção, qualificação e remuneração que limitam às mulheres ocupações desqualificadas e subalternas” (CARNEIRO, 2020, p. 173).

Quase vinte e cinco anos depois, em 2019, o estudo “Os desafios do Passado no Trabalho

Doméstico do Século XXI”, produzido pelo Ipea, evidenciou que as mulheres negras respondem por 63% (3,9 milhões) do total de trabalhadoras domésticas no país, ressaltando que “do ponto de vista do discurso, as mulheres negras ‘podem estar onde quiserem’; na prática, porém, a realidade as direciona, de maneira desproporcional, a trabalhos como o serviço doméstico remunerado, com toda a precariedade e exploração” (IPEA, 2019, p. 12). Já Lélia González, numa análise profunda e necessária do papel da mucama na sociedade escravocrata e de sua herança para a mulher negra, afirmava que a doméstica “nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas” (GONZÁLEZ, 2020, p. 82). Perceber o lugar que Fernanda Lima e as babás – Ângela e Tayane – ocupam socialmente proporciona entendimento sobre as atitudes da primeira não serem, como destaca a cronista, “desassociadas do tempo e do espaço”.

Indo mais além, Lélia também refletia de maneira certa sobre o papel da mãe preta - mulher negra encarregada de cuidar da criação dos filhos dos senhores – e suas reverberações na sociedade brasileira. O trabalho de babá é intrinsecamente associado ao estereótipo da mãe preta, principalmente porque também estrutura a abstração falaciosa de democracia racial. Afinal, como destacava a intelectual,

Foi em função de sua atuação como mucama que a mulher negra deu origem à figura da mãe preta, ou seja, aquela que efetivamente, ao menos em termos de primeira infância (fundamental na formação da estrutura psíquica de quem quer que seja), cuidou e educou os filhos de seus senhores [...]. Vale notar que tanto a mãe preta quanto o pai-joão têm sido explorados pela ideologia oficial como exemplos de integração e harmonia raciais, supostamente existentes no Brasil (GONZÁLEZ, 2020, p. 53-54).

É importante observar como o caso envolvendo Fernanda Lima ressalta a persistência dessa ideologia de integração e harmonia racial. Afinal, a partir do momento em que a apresentadora diz que as profissionais comem na mesma mesa que ela, convivem com a família e são remuneradas muito bem, percebe-se que, para além de exaltar a si mesma, há um tom implícito de benevolência. Ao passo que a apresentadora aponta especificamente essas questões, é possível inferir que o normal não seria deixá-las conviver com a família, nem comer à mesa com ela ou receber uma boa remuneração pelo trabalho exercido.

É nesse ponto fulcral que Cidinha toca ao, ironicamente, reproduzir o discurso da branquitude que se vê afrontada com as supostas “exigências” de tratamento reivindicadas pelos negros:

Os negros estão malucos, dirão alguns de seus amigos. Eles, influenciados pela vitória de Obama, não sabem mais qual é o seu lugar e acham que podem tudo. Vejam vocês: se mostramos que temos serviçais negros e os tratamos direitinho, eles não gostam. OK. Quando mostramos que temos amigos negros que comem à mesa conosco e brincam com nossos filhos, também não gostam. O que querem, afinal? Se gente como a gente tem amigos negros é porque são do nosso nível, gente que nasceu sem classe, mas lutou e com muito esforço subiu os degraus sociais até onde estamos. Esse pessoal tá perdido, não sabe desfrutar os brindes de serem negros de classe média (SILVA, 2019, p. 30).

Como se constata, a crônica envereda pelo caminho do sarcasmo e da ironia para criticar esse discurso complacente e falacioso reproduzido pela elite brasileira. Discurso esse que mascara o fato de que, para além de uma aparente convivência harmoniosa com alguns poucos negros escolhidos, os brancos se sentem indignados em relação aos que “não sabem mais qual é o seu lugar e acham que podem tudo”. Assim, o tom crítico da crônica se acentua ainda mais no final do texto, quando Cidinha sentencia:

Tem muita estética berrante (no sentido daquilo que não se cala e grita), muito enfrentamento imediato ao mimimi da branquitude, marchas de resistência aos autos de resistência, à redução da maioria penal, contra o genocídio do povo negro, pelo empoderamento crespo, contra a violência e racismo impostos às mulheres e pelo bem-viver.

Pelo bem-viver! As pessoas negras vociferam em cada ação de resistência e tigridade que não aceitam migalhas condescendentes à sua existência (SILVA, 2019, p. 30-31).

Como o próprio título destaca, a proposta do texto é a de um “Letramento racial” e é a partir de um exemplo específico, bastante divulgado, que a autora vai escancarando toda a problemática, toda a ideologia que permeia esse que parecia somente o caso de uma fotografia envolvendo babás que não usavam roupa branca. Ciente da necessidade de que haja, na sociedade brasileira, uma desconstrução de formas de pensar e agir nas relações raciais naturalizadas, a crônica lança um olhar crítico diante da aparente “bondade” de uma pessoa branca frente à subalternidade de uma pessoa negra. Além disso, nos possibilita refletir sobre a noção branca que acredita que garantir o mínimo de direitos às pessoas negras as tornam melhores ou salvadoras.

Mais além, o texto não apenas aponta a problemática envolvendo o discurso elitista e mantenedor de relações sociais assimétricas entre negros e brancos, representado por Fernanda Lima, mas escancara também a resistência da população preta quando enfatiza as ações concretas encabeçadas por ela, o “enfrentamento imediato ao mimimi da branquitude”, simbólico nas marchas e movimentos negros, como destaca Cidinha. Por fim, como aponta a autora, as pessoas negras clamam por seu “bem-viver” e, para tanto, “vociferam em cada ação de resistência e tigridade”. É digno de nota que, nessa luta maior pelo seu bem-estar, a crônica una o verbo “vociferar” e o conceito de “tigridade”, cunhado pelo escritor nigeriano Wole Soyinka, na década de 60, e em oposição ao conceito de “negritude”.

Para Wole, a ideia de que a liberdade do homem negro passava pelo reconhecimento do conceito de negritude deixava implícita uma superioridade do movimento colonial francês, já que para ele um tigre não proclama sua tigridade. Como afirma Cidinha, em texto publicado no Portal Geledés, “um tigre não anuncia (tampouco pede licença para) sua tigridade: ele ataca e impõe ao mundo sua existência” (SILVA, 2019, s/p). É assim, atacando e impondo ao mundo sua existência, que a população negra se opõe à condescendência da branquitude, tão bem exemplificada no episódio em pauta na crônica.

Retirando a matéria-prima do cotidiano, de exemplos reais e presentes na nossa sociedade, Cidinha da Silva reforça, através da crônica, a necessidade de uma problematização desses discursos e atitudes aparentemente “inofensivas”, mas que perpetuam toda uma cadeia de preconceitos, racismo e discriminação. Utilizar como exemplo o caso de uma figura pública gera ainda mais debate sobre o tema, o que pode ser positivo, já que o letramento racial chega a um número maior de potenciais interessados pelo episódio. Dessa forma, a escrita assume também um papel social que, como destacado, perpassa toda a obra da cronista. Assim, como bem salienta Conceição Evaristo, “pode-se dizer que o fazer literário das mulheres negras, para além de um sentido estético, busca semantizar um outro movimento, ou melhor, se inscreve no movimento a que abriga todas as nossas lutas. Toma-se o lugar da escrita, como direito, assim como se toma o lugar da vida” (EVARISTO, 2005, p. 54). Assim como o tigre ataca e impõe ao mundo sua existência, a escritora negra toma o lugar da escrita e da vida, transformando seu texto em um espaço de reflexão e potencial transformação.

Conclusão

Partindo de *hashtags*, notícias e casos que circulam na mídia ou mobilizam as redes sociais,

a crônica do século XXI pode fazer da internet seu ponto de partida e, muitas vezes, de chegada. Circulando primeiramente em blogs e sites e dialogando com os leitores de forma muito próxima (afinal é possível ler o texto e imediatamente emitir um comentário, resignificando todo o processo de recepção), a crônica se reinventa, se transforma e se adapta a novos suportes e interações. Essa é, nos parece, uma das grandes propostas de #*Parem de nos matar!*, que anuncia desde seu título, dedicatória, epígrafe, e também ao longo de seus textos, o diálogo de Cidinha da Silva com as redes e com os problemas de seu tempo.

Propondo uma escrita combativa, crítica e transformadora, os textos de Cidinha se tornam veículo de indignação, revolta, tristeza e denúncia das violências físicas e simbólicas vividas diariamente pela população negra no país. Mas, além disso, também exaltam a sua resistência, mobilização e força para sobreviver e reformular esse sistema opressivo. É dessa maneira que a crônica aqui destacada parte de um episódio específico e o vai detalhando enquanto exemplo de algo muito entranhado na sociedade brasileira. A crônica “Letramento racial: o caso Fernanda Lima e as babás negras” escancara a herança escravocrata que ainda permeia os lares brasileiros.

Uma questão que subjaz à crônica é pensar, por exemplo, porque as mulheres negras ainda são a maioria na execução de trabalhos domésticos. O que a crônica destaca, para além da publicação de uma foto no *Instagram*, são as relações de poder entre negros e brancos, o que sujeita as mulheres negras periféricas a uma tríplice discriminação: de gênero, de raça e de classe. Assim, o texto de Cidinha da Silva escancara o fato de que o letramento racial é necessário a todos e, talvez, principalmente à elite. Isso porque, entende-se que Fernanda Lima, mulher branca e de classe alta, demonstrava àquela altura um total desconhecimento sobre as questões complexas que envolviam seu lugar de privilégio, reproduzindo um discurso condescendente e enraizado numa herança colonial. Como bem demonstra a autora, o mito do branco salvador e do negro assujeitado é um sofisma enraizado na sociedade brasileira e precisa ser combatido e desconstruído diariamente. O “bem-viver” reclamado por Cidinha trata de um direito ainda não plenamente conquistado por grande parte da população negra no país. Assim, não à toa, a autora conclui seu texto exaltando a agência dessas pessoas negras na transformação de suas realidades e das relações sociais que as cercam, convidando seus leitores (brancos principalmente) a entenderem seu papel nessa dinâmica e se transformarem junto com ela.

Referências

- AUGEL, Moema P. “E agora falamos nós”: literatura feminina afro-brasileira. In: *Olhos de azeviche: dez escritoras negras que estão renovando a literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Malê, 2007. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro>. Acesso em: 16 ago. 2022.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BENTO, O.-S. S. Entrevista com Cidinha da Silva. *Revista Crioula*, [S. l.], v. 1, n. 23, p. 314-320, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/crioula/article/view/160611>. Acesso em: 12 set. 2022.
- CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.
- COSTA, Cristiane. Rede. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 43-60.
- SALES, S. Entrevista com a escritora Cidinha da Silva. *Revista Crioula*, [S. l.], n. 15, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/crioula/article/view/97042>. Acesso em: 02 set. 2022.
- MASSUELA, Amanda. Quem é e sobre o que escreve o autor brasileiro. *Revista Cult*, n. 231, 2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/quem-e-e-sobre-o-que-escreve-o-autor-brasileiro>. Acesso em: 31 ago. 2022.
- EVARISTO, Conceição. Da representação à auto-representação da Mulher Negra na Literatura Brasileira. *Revista Palmares*. Brasília, ano 1, n. 1, p. 52-57, 2005. nível em: <http://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/52%20a%2057.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.
- GONZÁLEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. São Paulo: Zahar, 2020.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. “Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso

brasileiro a partir dos dados da PNDA contínua. Brasília: Ipea; IBGE, 2019. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9538/1/td_2528.pdf. Acesso em: 2 agosto de 2022.

LISPECTOR, Clarice. *A descoberta do mundo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

PORTELLA, Eduardo. Visão prospectiva da literatura brasileira. In: *Vocabulário técnico da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1979.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SALES, S. Entrevista com a escritora Cidinha da Silva. *Revista Crioula*, [S. l.], n. 15, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/crioula/article/view/97042>. Acesso em: 2 set. 2022.

SILVA, Cidinha da. *#Parem de nos matar!* São Paulo: Pólen, 2019.

SILVA, Cidinha da. Um tigre não anuncia sua tigridade, ele ataca! In: *Portal Geledés*, 25 out. 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/um-tigre-nao-anuncia-sua-tigridade-eleataca/>. Acesso em 12 set. 2022.